

HABEAS CORPUS Nº 480.426 - MG (2018/0311676-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : ELVIS DA SILVA PEREIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : LEONARDO DOMINGOS DA SILVA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. WRIT NÃO CONHECIDO PELO TRIBUNAL A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. QUESTÃO DE DIREITO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA APRECIÇÃO DA MATÉRIA. Ordem concedida liminarmente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de **Leonardo Domingos da Silva**, em que se aponta como órgão coator o Tribunal de Justiça de Minas Gerais que, não conheceu do *writ* impetrado, porque *a análise de pedidos relativos à execução da pena não é cabível em sede de Habeas corpus* (fl.45).

No presente *writ*, o defensor público sustenta que a decisão ora combatida, contraria a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, razão pela qual sustenta, *em razão do princípio da inafastabilidade da jurisdição, requer seja determinada ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais a apreciação do tema deduzido no Habeas corpus n. 1.0000.18.036974-6/000* (fl. 69).

É o relatório.

Assiste razão ao impetrante.

Urge ressaltar, inicialmente que, não examinada a questão suscitada pelo Tribunal *a quo*, inadmissível o seu exame diretamente por esta Corte, sob pena de supressão de instância.

Na espécie, o Tribunal local, embora devesse, não se manifestou, ainda que sucintamente, acerca de eventual flagrante ilegalidade a ser sanada

quanto ao tema apresentado – unificação das penas –, o qual, por ser estritamente de direito, não demanda dilação fático-probatória. Nesse sentido:

RECURSO EM HABEAS CORPUS. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO DELITO DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. AVALIAÇÃO DA EQUIPE INTERDISCIPLINAR PELA APLICAÇÃO DE MEDIDA MAIS BRANDA. MANUTENÇÃO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO PELO JUÍZO DE 1º GRAU. QUESTÃO NÃO APRECIADA PELO TRIBUNAL A *QUO*, NO JULGAMENTO DO WRIT LÁ IMPETRADO, AO ARGUMENTO DE QUE CABÍVEL RECURSO PRÓPRIO. INVIABILIDADE DE ANÁLISE DA QUESTÃO POR ESTA CORTE SOB PENA DE INDEVIDA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NECESSIDADE DE EXAME EXCEPCIONAL DA EXISTÊNCIA DE EVENTUAL CONSTRANGIMENTO ILEGAL PASSÍVEL DE CONHECIMENTO DE OFÍCIO. AMPLA DEFESA E O DEVIDO PROCESSO LEGAL. RECURSO ORDINÁRIO NÃO CONHECIDO. ORDEM DE HABEAS CORPUS CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. O Superior Tribunal de Justiça, seguindo o entendimento firmado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, não admite a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso próprio previsto no ordenamento jurídico. Contudo, tem-se frisado que, a despeito da escolha da via processual inadequada, para evitar eventuais prejuízos à ampla defesa e ao devido processo legal, deve-se verificar eventual constrangimento ilegal que enseje a concessão da ordem de ofício.

2. Na hipótese, verifica-se que o Tribunal Estadual limitou-se ao não conhecimento do writ originário, ao entendimento de ser cabível o recurso próprio, sem avaliar a possível existência de eventual ilegalidade perpetrada em desfavor do ora paciente. A negativa pura e simples de análise da questão impede qualquer manifestação desta Corte, sob pena de indevida supressão de instância.

3. Nesse contexto, a solução passa pelo retorno dos autos à origem para que a Corte a quo examine, ainda que sucintamente, se a hipótese é de concessão da ordem de ofício, como tem ressaltado a jurisprudência deste STJ e, também, do STF.

4. Recurso ordinário não conhecido. Ordem de habeas corpus concedida, de ofício, para determinar que o Tribunal a quo analise a existência de eventual constrangimento ilegal na manutenção de medida socioeducativa de internação ao adolescente.

(RHC n. 67.662/RJ, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 30/3/2016)

Percebendo que, na espécie, cumpria ao Colegiado local avaliar a existência de eventual ilegalidade flagrante, impõe-se a concessão da ordem.

Ante o exposto, **concedo** liminarmente a ordem para determinar ao Tribunal *a quo* que julgue o mérito do *Habeas Corpus* n. 1.0000.18.036974-6/000, a fim de verificar se há flagrante ilegalidade a ser sanada.

Comunique-se com urgência.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

